

Sumário

AGRADECIMENTOS	5
APRESENTAÇÃO	9
1. DA FALÊNCIA	17
1.1. Evolução histórica do instituto da falência no Direito Empresarial	18
1.1.1. Definição e conceito de falência e sua diferenciação quanto a outros institutos empresariais	31
1.2. Do sistema processual de execução coletiva	38
1.3. Processos de falência voluntária e involuntária	54
1.4. A importância do papel do juiz e do administrador judicial na falência	61
1.5. Etapas do processo de falência	67
1.6. Conclusões parciais	69
2. DA COISA JULGADA	71
2.1. As origens da coisa julgada	71
2.2. O conceito de coisa julgada	74
2.2.1. Coisa julgada formal e material	78
2.3. Limites da coisa julgada	84
2.3.1. Limites subjetivos	85
2.3.2. Limites objetivos	87
2.3.3. Limites temporais	89
2.3.4. Limites territoriais	95
2.4. A coisa julgada no direito constitucional	103
2.5. A coisa julgada no direito processual civil	108
2.6. O dogma da coisa julgada	113
2.6.1. A relativização da coisa julgada	115

2.6.2.	Vícios transrescisórios	120
2.7.	Conclusões parciais do capítulo	126
3.	COISA JULGADA, ESTABILIDADE DAS DECISÕES JUDICIAIS E RELATIVIZAÇÃO ...	131
3.1.	A necessária estabilidade das relações jurídicas	131
3.2.	Coisa julgada e contraditório substancial	132
3.3.	Coisa julgada, estabilidade e superação de precedentes	138
3.4.	A necessária observância dos precedentes	138
3.5.	A estabilidade dos precedentes	140
3.6.	Precedentes formados em controle abstrato de constitucionalidade	141
3.7.	Precedentes formados em controle difuso de constitucionalidade e normativo infraconstitucional	144
3.8.	A superação dos precedentes	145
3.9.	Precedentes formados em controle abstrato de constitucionalidade	147
3.10.	Precedentes e controle decisório	150
3.11.	A lógica dos precedentes e a eficácia da coisa julgada	152
4.	DA RELATIVIZAÇÃO DA COISA JULGADA NO DIREITO FALIMENTAR.....	157
4.1.	Estabilização e coisa julgada no direito falimentar	157
4.2.	Da relativização da coisa julgada em matéria falimentar	160
4.3.	Da relativização da coisa julgada no Supremo Tribunal Federal e no Superior Tribunal de Justiça	163
4.4.	Os novos desafios da sentença que decreta a falência: em uma visão desa- fiadora que ultrapassa o dogma da coisa julgada	176
4.4.1.	Segurança jurídica e imutabilidade das decisões judiciais	178
4.4.2.	Necessidade e possibilidade de alterar o entendimento envolvendo as decisões nos procedimentos falimentares	185
4.5.	A evolução normativa e o conflito de valores	189
4.5.1.	As hipóteses de quebra e relativização da coisa julgada falimentar.....	192
4.5.1.1.	A quebra de organizações empresariais viáveis – erro de premissa	194
4.5.1.2.	Inexigibilidade de obrigação assumida no plano de recuperação	195
4.5.1.3.	<i>Error</i> de fato ou de direito no cômputo dos votos em assembleia geral de credores	199
4.5.1.4.	<i>Error in procedendo</i> e erros materiais	204
4.5.1.5.	Simulação de credores com o manifesto propósito de retirar do mercado sociedade empresária	208

4.6.	Relativização da coisa julgada e consequencialismo	214
4.7.	A crítica à relativização	220
4.8.	Conclusões parciais do capítulo	225
CONCLUSÕES		229
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		233